

UM APONTAMENTO SOBRE O PROVÉRBIO NA LITERATURA PORTUGUESA: A *CARTA DE GUIA DE CASADOS* DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELLO

Lucília Chacoto*

1. INTRÓITO

Os provérbios têm sido alvo de numerosos estudos semânticos, pragmáticos e etnológicos, entre outros.

Procedendo em geral a análises de carácter linguístico, pretendemos tão somente, neste pequeno trabalho, abordar a função do provérbio na literatura portuguesa.

Sendo os provérbios veiculados sobretudo através da língua falada, integrando, por conseguinte, a literatura oral de um povo, não deixam, contudo, de ser utilizados pelos escritores que, às suas obras, desejam conferir um cariz mais popular.

O provérbio contribui igualmente para aumentar a autenticidade do texto, devido ao seu valor dogmático: texto anónimo, saber e pertença de um colectivo, ele não pode ser posto em causa. E, também por isso, é citado — ao ilustrar o seu discurso com o provérbio, que detém uma função analógica, o escritor “esconde-se”, defendendo e reforçando simultaneamente o que afirmou.

Dado o nosso objectivo, já anteriormente explicitado, escolhemos uma obra do séc. XVII — a *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Mello.

Se as nossas preferências literárias poderão ser razão suficiente para justificar a escolha do autor, a selecção da obra deve-se à frequência com que os provérbios aí ocorrem. Efectivamente, como diria Edgar Prestage (1923: 21-22) no “Estudo Crítico” que precede a obra propriamente dita,

para o folclorista ha tambem bastante que toca á sua especialidade, pois D. Francisco Manuel apreciava e servia-se a miude dos adagios e de termos e locuções familiares, e restabelecia formulas antigas, dando assim ao seu estylo particular graça e novidade. A este respeito é unico entre os classicos do tempo, e um precursor do Romantismo.

Gostaríamos, aliás, de aproveitar para referir a conveniência de se proceder à recolha sistemática dos provérbios que figuram nas obras literárias, tendo em vista a constituição de listagens paremiográficas portuguesas, hoje em número tão diminuto. Esta tarefa foi já iniciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que, tendo partido das cantigas galaico-portuguesas, chegou ao primeiro terço do séc. XVI. Porém, como ela própria afirma (1986: 32), observou “apenas parcialmente as obras literárias publicadas entre 1580 e 1640. Incompleta está ainda também a comparação sistemática das colecções antigas.” Deste primeiro trabalho, publicou D. Carolina Michaëlis uma lista de mil provérbios portugueses iniciados pela letra A. Longo é, pois, o caminho a percorrer.

* U.C.E.H.. Universidade do Algarve. Campus de Gambelas. 8000 FARO. Portugal.

A. C. Carinhas, "Alguns Romances de Aljezur"

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROVÉRBIO

Proceder a um estudo dos provérbios implica, antes de mais, definir o que se entende por tal. Com efeito, torna-se imprescindível abordar questões de ordem terminológica.

Frequentemente os autores de recolhas paremiográficas ou de estudos paremiológicos referem-se a *provérbio*, *aforismo*, *máxima*, *dito*, *adágio*, *anexim*, *ditado*, *sentença*, *rifão*, *parémia*, entre outros termos, para designarem frases fixas de carácter proverbial.

As inúmeras tentativas feitas, não só por paremiólogos como também por lexicógrafos e demais estudiosos destas questões, para distinguir cada um destes termos não se têm revelado satisfatórias. De facto, as definições encontradas não parecem operatórias: os conceitos apresentados são circulares. Confronte-se, por exemplo, a definição que figura no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de A. Morais Silva (1949-59) de alguns destes termos:

Provérbio: "Sentença moral; adágio; ditado; anexim; rifão";

Rifão: "Refrão, ditado popular e conceituoso [...]; provérbio, adágio, anexim";

Ditado: "Provérbio, adágio, anexim";

Anexim: "Axioma vulgar, adágio, sentença, ditado, provérbio, rifão".

Veja-se ainda o que afirma F. Rodegem (1984: 127) sobre a confusão vigente nos dicionários relativamente à definição de cada um destes termos:

Toutefois, l'usage, comme dans l'oralisme, confond proverbe, dicton, aphorisme, etc. Les lexicographes sont victimes de la même confusion, survivance de l'oralité. S'il faut en croire certains parémiologues, le proverbe serait rebelle à toute tentative de définition.

Gostaríamos, por conseguinte, de esclarecer que, ao analisarmos estruturas fráscas que designamos *frases proverbiais*, ou simplesmente *provérbios*, não estabelecemos qualquer distinção entre *aforismo*, *ditado*, *anexim*, *dito*, *provérbio* ou qualquer outra designação deste tipo de enunciados.

Focaremos, de seguida, a nossa atenção em duas das características geralmente atribuídas aos provérbios: a idiomaticidade e a fixidez.

A *idiomaticidade*: por frases idiomáticas entendam-se as semântica e sintacticamente não-composicionais, ou seja, aquelas cujo significado global não possa ser inferido a partir da soma do sentido "individual" de cada um dos elementos que as integram.

São exemplo de provérbios idiomáticos:

Gato escaldado de água fria tem medo.

De pequenino se torce o pepino.

No entanto, a idiomaticidade não é uma característica intrínseca deste tipo de enunciados:

Tal pai, tal filho.

Quem me avisa meu amigo é.

E.L.O., 2 (1996)

Em suma, uma frase sintacticamente fixa não é forçosamente idiomática.

A *fixidez*: é uma noção fundamentalmente sintáctica e pode impedir a aplicação de transformações sintácticas. Assim, nas frases proverbiais, a coesão formal pode impedir, por exemplo, a alteração da ordem dos elementos. Com efeito, a alteração da posição ocupada pelos constituintes no provérbio pode inclusivamente transformar a frase fixa numa frase livre:

Para baixo todos os santos ajudam.
? Todos os santos ajudam para baixo.

Em terra de cegos quem tem um olho é rei.
? Quem tem um olho é rei em terra de cegos.

A possibilidade de ocorrência de variação da ordem dos elementos nos provérbios é diminuta, comprovando assim o carácter fixo destes enunciados.

Verifica-se, inclusive, que a alteração da ordem pode visar a subversão dos provérbios, uma vez que lhes altera indubitavelmente o significado global:

Mais vale prevenir que remediar.
? Mais vale remediar que prevenir.

Tolo calado discreto parece.
? Discreto parece tolo calado.

De salientar, no entanto, que, tal como já tivemos oportunidade de referir (1994: 173), “apesar da fixidez e coesão formal que as caracterizam, as frases de carácter proverbial podem apresentar diversos tipos de variação léxico-sintáctica: comutação, realização zero de elementos ou alteração da ordem dos constituintes.”

Antes de abordarmos a análise da *Carta de Guia de Casados* e dos provérbios aí utilizados, revela-se-nos oportuno referir alguns aspectos da vida do seu autor, a fim de permitir uma melhor compreensão da obra em estudo.

3. SÍNTESE BIOGRÁFICA DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELLO

Nasceu em Lisboa, a 23 de Novembro de 1608.

Sendo desde tenra idade órfão de pai, frequentaria o Paço, onde aprenderia a arte de cavalgar, da dança e da esgrima. Estudaria ainda no colégio jesuíta de Santo Antão.

Tendo revelado natural inclinação para a matemática, acabaria por enveredar pela carreira das armas.

Foi soldado, comandante de exércitos e armadas, diplomata, cortesão, mas acima de tudo um homem do mundo. Dedicou-se às artes da guerra (terrestre e naval), mas não trilhou com menos ímpeto o caminho das letras. Ou como diria Joel Serrão (1977: XLII), D. Francisco Manuel usou, tal como outros escritores seiscentistas portugueses, “tanto da espada como da pena de pato”, o que levaria o mesmo autor a afirmar

A. C. Carinhas, "Alguns Romances de Aljezur"

(*ibidem*: XLI): "D. Francisco Manuel: uma cultura datada ou datável." A educação jesuítica de D. Francisco ter-lhe-ia, com efeito, inculcado o gosto pela cultura greco-latina e pela retórica, o que é visível no vasto legado literário que nos deixou, apesar de se ter perdido parte da sua produção literária. De facto, *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, *Cartas Familiares*, *Carta de Guia de Casados*, *O Fidalgo Aprendiz* e *Apólogos Dialogais* são apenas algumas das muitas obras de sua autoria.

Em 1636, já sem família (após a morte da mãe e da irmã), instala-se em Madrid, onde se relaciona com Quevedo. Na realidade, como salienta Joel Serrão (1977: XI-XII),

um cortesão *está* onde está a corte, e a corte era Madrid, simultaneamente um dos centros culturais mais importantes da Europa de então, o que não poderia ser indiferente a um homem com ambições de escritor. Ora, um escritor existe como tal naquilo que escreve, e D. Francisco Manuel escreveu igualmente, indiferentemente (?), em português e espanhol, que indiferentemente falara com os pais (português um, o outro espanhol), D. Luís de Melo e D. Maria de Toledo de Maçuelos, filha do alcaide-mor de Alcalá de Henares.

Serviu Espanha, tal como viria a servir Portugal com a Restauração.

D. Francisco teve uma vida rica em aventuras, não só pelas campanhas militares em que participou como pelas perseguições de que foi alvo e que o conduziram várias vezes à prisão.

Foi, aliás, na prisão que, em 1650, escreveu a *Carta de Guia de Casados*, a pedido, segundo ele próprio refere (1923: 41), de um amigo que desejava casar-se: "Diz-me V. M. que se casa, e que lhe dê eu, para se governar nesse seu novo estado, alguns bons conselhos."

Foi, inclusive, condenado ao degredo, sendo obrigado a partir para o Brasil em 1655, de onde regressaria em 1658, após a morte de D. João IV (em 1656).

Quando em 1662 o conde de Castelo-Melhor — seu amigo — ocupou o governo, D. Francisco foi absolvido e retomou uma posição de destaque, tendo sido incumbido de diversas missões diplomáticas.

Faleceu a 24 de Agosto de 1666, na sua quinta de Alcântara.

4. A CARTA DE GUIA DE CASADOS E OS PROVÉRBIOS

Com quarenta e dois anos de idade, D. Francisco Manuel de Mello, solteirão convicto (?), redige a *Carta de Guia de Casados*, retrato da sociedade ibérica seiscentista.

Trata-se de uma reflexão moralizante sobre a vida de casados, onde D. Francisco defende a obediência completa, total e cega da mulher ao marido, de tal forma que, como referem António José Saraiva e Óscar Lopes (1979: 488),

em relação à mulher casada, D. Francisco preconiza uma tal preponderância do marido que já no tempo parece ter escandalizado as senhoras, embora fosse então proverbial a reclusão e dependência impostas às senhoras e filhas pelos maridos portugueses.

De facto, a fim de proceder ao aconselhamento do seu amigo, basear-se-á na sua experiência de homem do mundo e nas observações que fez enquanto o percorria, ou como ele próprio afirma (1923: 42): "Não sou já mancebo. Criei-me em cortes; andei

E.L.O., 2 (1996)

por esse mundo; atentava para as cousas; guardava-as na memoria. Vi, li, ouvi. Estes serão os textos, estes os livros que citarei a V. M. neste papel”. Acrescentar-lhe-á também algumas histórias de que se for lembrando.

Edgar Prestage resume, de certa forma, o conteúdo da obra ao referir (1923: 12):

D. Francisco redigiu o seu tratado de philosophia económica, em que não se limita só a estabelecer regras geraes, mas tambem procura attender às minucias da vida quotidiana dos casados. Entre outros assumptos, discute o lugar da esposa em relação ao marido, na casa e fora della, o comportamento que lhe convem, as suas occupações e o seu trajar. Versa o govêrno dos criados e o seu alimento, as despezas domesticas, as amizades e as visitas, a educação dos filhos e os seus nomes. Analysa as causas dos dissabores inherentes ao trato, os ciumes, as murmurações, os remoques, as impertinencias, e receita os remedios. A obra é escripta sem artificio, isto é, D. Francisco regista as suas ideas pela ordem em que lhe occorrem, sem plano formal, e em linguagem caseira e sobria.

A obra, escrita em português, contém, no entanto, alguns fragmentos em castelhano, marca não só do bilinguismo de D. Francisco, mas sobretudo uma das características da literatura e da sociedade portuguesas da época. De notar que o autor cita, aliás, dois provérbios castelhanos (1923: 53): “a chocarrisse Castelhana: ‘Buena mula, buena cabra, buena hembra, son tres malas bestias’”, e (*ibidem*: 157) “lá diz hum rifão Castelhana: ‘Hagase el milagro, hagalo el diablo’”.

A propósito da utilização dos provérbios na literatura, é de salientar que existem dois processos possíveis: a citação e a subversão, ou seja, o provérbio pode ser citado na íntegra ou parcialmente (caso lhe seja apenas feita uma alusão), ou pode ser subvertido com vista à obtenção de jogos de sentido. É este último, curiosamente, um processo em voga nos nossos dias. Hoje, de facto, os provérbios são com frequência readaptados pela literatura, pela publicidade e pela imprensa, criando jogos de palavras e suscitando o humor. O provérbio detém neste caso uma função lúdica:

Na terra dos cegos quem tem um olho é rei.

Na terra dos cegos quem tem um olho é aleijado.

(Vergílio Ferreira s /d: 12-13)

Dá Deus nozes a quem não tem dentes.

Dá Deus nozes a quem tem prótese.

(citado pelos dentistas)

No entanto, não é esse o papel dos provérbios na obra em análise. Com efeito, a utilização dos enunciados proverbiais na *Carta de Guia de Casados* prende-se com o seu estatuto normativo. De lembrar que, tratando-se de uma obra com um objectivo intrinsecamente moralizante e didáctico, pretende o autor da mesma incutir regras de procedimento, reforçando-as com a referência ao provérbio que sanciona esses mesmos comportamentos. Veja-se, a título exemplificativo, o que diz D. Francisco a propósito da mulher ciumenta sem razão:

Molher ciosa he bem ocasionada molher para que se viva sem contentamento. Dizia huma de bom juizo: “A molher ciosa tende a ociosa”; queria dizer: não lhe deis causa, que ella a não tomará. Esta não vinha distinguir a queixa do ciume; porque aquella que com razão se sente, não chamo eu ciosa. A ciosa he aquella que sem causa se queixa (p. 56)

A. C. Carinhas, "Alguns Romances de Aljezur"

Atente-se também na forma como justifica o emprego dos provérbios na sua obra:

Diz um antigo ditado: "Quem não tem marido, não tem amigo". Diz outro: "Quem tem mulher, tem o que ha mistér". E na verdade assi he entre os bons casados; e os rifões, Senhor N., sentenças são verdadeiras, que a experiencia, summa mestra das artes, pronunciou pelas bocas do povo (p. 52)

O provérbio só adquire o estatuto proverbial através de um processo de anonimização, isto é, ao perder-se a noção de autoria. Assim, pertença de um povo e fruto de uma cultura, ele detém um valor genérico, atemporal, que lhe permite ser constantemente citado e actualizar-se no próprio discurso:

Nunca será bem acabada de louvar aquella sentença tão repetida do discretissimo Conde de Vimioso: "Quem perde a honra negocio, perde o negocio, e mais a honra". (p. 108)

Ou ainda:

As mais [mulheres] logo trazem decorado aquelle rifão: "Quem me a mi quer bem, diz-me do que sabe, dá-me do que tem". (p. 109)

em que o próprio uso de um tempo verbal presente marca a atemporalidade dos enunciados.

As referências constantes aos provérbios resultam, igualmente, da sua estrutura analógica, ou por outras palavras, eles permitem ilustrar o discurso precedente:

Dizia hum discreto, que o chegar hum casado a dar a entender a sua mulher tinha ciumes della, era meio caminho andado para que ella lho merecesse; alludindo ao que se diz vulgarmente, que a maior jornada é o sahir de casa. (p. 122)

Tratando-se de uma frase fixa, o provérbio é memorizado como uma unidade lexical única, não necessitando, por esse motivo, de ser formulado na sua totalidade, continuando a ser reconhecido e a ser possível a recuperação da informação omitida. Ou seja, tal como já tive ocasião de referir (1994: 173), uma vez que "o significado dos provérbios é não-composicional, o apagamento de elementos não provoca perda de informação ou risco de não se reconhecer o provérbio."

Consciente desta característica das frases fixas, D. Francisco afirma:

E já que nos servimos dos ditados, não vem aqui mal para escusar mais leitura, aquillo que se diz: "A Deos rogando", &c. Escuso-me de acabar o adagio, porque de todos é sabido. (p. 115)

o que, como assevera Edgar Prestage (1923: 201), consiste na menção do provérbio: "A Deus rogando e com o maço dando".

D. Francisco, por vezes, apenas faz uma alusão ao provérbio, sem que o mencione sequer parcialmente:

Vulgar, mas certissima sentença he aquella, de que então doem todos os membros, quando a cabeça está doente (p. 133),

o que pensamos seja uma alusão ao provérbio: "Quando a cabeça não tem juízo o corpo é que paga".

Outro exemplo do mesmo tipo seria:

deixai-me ver se acaso tem o cidrão a virtude do cão danado, cujos cabellos, se os põem na mordedura que elle fez, dizem que a sara logo (p. 84),

E.L.O., 2 (1996)

referência, por certo, ao provérbio: “Mordedura de cão com o pêlo do mesmo cão se cura.”

Também em:

entendimento e vontade ainda se ajuntão menos vezes que a honra e o proveito (p. 42),

é visível o provérbio: “Honra e proveito não cabem em saco estreito”.

Contudo, com o correr dos tempos, pode tornar-se difícil conhecer o provérbio na sua totalidade, tal como salienta Artur Norton (1978: 106): “Mas não há dúvida que aquilo que se está a passar com os aforismos é interessante, pois alguns há de que hoje já só se conhece uma das partes e não todo o seu conjunto.” Veja-se, por exemplo, o provérbio seguinte:

Lé com lé, cré com cré.

Lé com lé, cré com cré — cada um com os da sua ralé,

de que, em geral, se menciona apenas a primeira parte.

A ocorrência de um provérbio no discurso implica sempre uma ruptura contextual e é, muitas vezes, acompanhada de um identificador formal. Expressões utilizadas como identificadores formais são, por exemplo: “dizem os velhos”, “o povo tem em dizer”, “como diz o provérbio”, “costuma-se dizer”, “sempre ouvi dizer”. Estas expressões contribuem para aumentar a autenticidade dos provérbios.

Por certo conhecedor deste aspecto dos enunciados proverbiais, é com frequência que D. Francisco introduz o provérbio, identificando-o formalmente enquanto tal:

Não disse Platão, nem Seneca, cousa melhor que o disserão as nossas velhas: “Muito riso, pouco siso”. (p. 95)

Ou ainda:

Diz bem por isso o rifão: “Do homem a praça, da mulher a casa”. (p. 78)

Também em:

Costumavão dizer os grandes: “Tantos criados, tantos inimigos” (p. 62)

é o provérbio introduzido por um identificador formal.

Os provérbios têm um estatuto poético, conseguido através da sua estrutura rítmica e rimática, ou seja, observa-se com frequência a existência não só de rima interna como ainda de uma construção tendencialmente bipartida.

Um provérbio que permite observar a importância da rima interna é, sem dúvida, aquele a que D. Francisco alude:

Pois comecei com os meus adagios, hei de acabar com eles. Ouvi hum dia, caminhando, e não era elle menos que a hum chapado recoveiro, (veja V. M. que enjeitei os filosofos, para citar estes autores), em fim ouvi-lhe, que Deos o guardasse de mula que faz *him*, e de mulher que sabe latim (p. 92),

onde só a necessidade de criar a rima interna parece justificar a primeira parte do provérbio.

De lembrar que a obtenção da rima interna e do equilíbrio da estrutura silábica pode contribuir para um aumento da fixidez que caracteriza os provérbios, podendo

A. C. Carinhas, "Alguns Romances de Aljezur"

inclusive a rima, como afirma J. Leite de Vasconcellos (1938: 735), estar na origem de adágios, ou provocar a transformação dos mesmos:

hum nosso proverbio Portugues: 'O marido barca, a molher arca'. Ouvi-o dias há a huma velha, e o escutei como da boca de hum sabio. Traga o marido, e guarde a molher (p. 56).

A rima tem, pois, uma função essencial nestes enunciados: função mnemónica e encantatória, facilitando a memorização do provérbio. De facto, em:

Deos nos guarde de humas que fazem certo aquelle rifão bem vulgar, mas muito proprio: "A minha filha Tareja, quanto vê, tanto deseja" (p. 58),

a utilização do nome próprio visa essa mesma obtenção de rima interna.

O provérbio caracteriza-se, ainda, por possuir uma morfologia tendencialmente rítmica:

ouvi muitas vezes a hum famoso prégador (que todos ouvimos), repetir este dito engraçado e verdadeiro: "Quem gasta menos do que tem, he prudente; quem gasta o que tem, he Christão; quem gasta mais do que tem, he ladrão". (p. 64)

Com efeito, a escansão conduz ao automatismo verbal e auditivo, conseguido através da condensação simétrica. De tal forma que, como refere F. Rodegem (1984: 123), "Pour assurer le rythme on ira jusqu'à créer des lexèmes: 'Fille fenêtrière, ou sa variante, fille trottière, rarement ménagère'."

Em suma, os provérbios citados por D. Francisco Manuel de Mello na sua obra *Carta de Guia de Casados* visam ilustrar as suas afirmações, conferindo ao texto uma simplicidade própria do discurso que se quer amigável, porém, inquestionável, daí o recurso constante à autoridade da sabedoria proverbial.

5. BIBLIOGRAFIA

CHACOTO, Lucília (1994), *Estudo e Formalização das Propriedades Léxico-Sintáticas das Expressões Fixas Proverbiais*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

FERREIRA, Vergílio (s.d.), *Arte Tempo*, Col. Ensaio, s.l., Ed. Rolim.

MELLO, D. Francisco Manuel de, (1923), *Carta de Guia de Casados*, 1ª edição de 1651, 2ª edição (revista por Edgar Prestage), Biblioteca Lusitana, Porto, Ed. A Renascença Portuguesa.

— (1977) *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, 1ª edição de 1660, Introdução e apêndice documental de Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

— (1937) *Cartas Familiares*, 1ª edição de 1664, Selecção, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Colecção de Clássicos Sá da Costa, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

NORTON, Manuel Artur (1978), "Rifoneiro nobiliárquico", *Minia* (Braga), 2ª Série, 1 (1), pp. 105-113.

RODEGEM, Francis (1984), "La parole proverbiale", *Richesse du proverbe - Typologie et fonctions*, vol. II, Lille, Presses de l'Université de Lille-III, pp. 121-135.

E.L.O., 2 (1996)

SARAIVA, António José e Óscar LOPES (1979), *História da Literatura Portuguesa*, 11ª edição, corrigida e actualizada, Porto, Porto Editora.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1986), “Mil provérbios portugueses”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 7, pp. 29-71.

VASCONCELLOS, José Leite de (1938), “Adagiário”, *Opúsculos*, vol. VII - *Etnologia* (Parte II), Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 658-736.

6. LISTA DE PROVÉRBIOS NA *CARTA DE GUIA DE CASADOS*

1) “entendimento e vontade ainda se ajuntão menos vezes que a honra e o proveito;” (p. 42)

Alusão ao provérbio: “Honra e proveito não cabem em saco estreito”.

2) “Quem não tem marido, não tem amigo”. (p. 52)

3) “Quem tem mulher, tem o que ha mistér”. (p. 52)

4) “Buena mula, buena cabra, buena hembra, son tres malas bestias”. (p. 53)

5) “‘O marido barca, a mulher arca’. Ouvi-o dias há a huma velha, e o escutei como da boca de hum sabio. Traga o marido, e guarde a molher.” (p. 56)

6) “A molher ciosa tende a ociosa”. (p. 56)

7) “A minha filha Tareja, quanto vê, tanto deseja”. (p. 58)

8) “Tantos criados, tantos inimigos”. (p. 62)

9) “Quem gasta menos do que tem, he prudente; quem gasta o que tem, he Christão; quem gasta mais do que tem, he ladrão”. (p. 64)

10) “Do homem a praça, da molher a casa”. (p. 78)

11) “deixai-me ver se acaso tem o cidrão a virtude do cão danado, cujos cabellos, se os põem na mordedura que elle fez, dizem que a sara logo”. (p. 84)

Alusão ao provérbio: “Mordedura de cão com o pêlo do mesmo cão se cura.”

12) “Deos o guardasse de mula que faz him, e de molher que sabe latim.” (p. 92)

13) “Muito riso, pouco siso”. (p. 95)

14) “Quem perde a honra pello negocio, perde o negocio, e mais a honra” (p. 108)

A. C. Carinhas, "Alguns Romances de Aljezur"

- 15) “Quem me a mi quer bem, diz-me do que sabe, dá-me do que tem”. (p. 109)
- 16) “O bem não he como tinha, o mal póde ser que si”. (p. 110)
- 17) “O homem havia de cheirar a polvora, e a molher a incenso.” (p. 113)
- 18) “A Deos rogando [e com o maço dando]”. (p. 115)
- 19) “a maior jornada é o sahir de casa”. (p. 122)
- 20) “doem todos os membros, quando a cabeça está doente.” (p. 133)
Alusão ao provérbio: “Quando a cabeça não tem juízo o corpo é que paga”.
- 21) “o dar logo, he dar duas vezes”. (p. 135)
- 22) “quem bem paga he herdeiro do alheo”. (p. 135)
- 23) “O dia de S. Tomé, quem porco não tiver, matar póde a molher”. (p. 139)
- 24) “Hagase el milagro, hagalo el diablo”. (p. 157)

ABSTRACT

This article is meant to be a contribution towards the analysis of the uses of proverbs in Portuguese literature. We therefore selected the Carta de Guia de Casados by the 17th century writer D. Francisco Manuel de Mello. After having made a survey of all the proverbs quoted, we attempted to study their function in this work.